

COMISSÃO ESPECIAL DA PEC 215/00

REQUERIMENTO 2015

(Da sra. Shéridan)

Requer a realização de Mesa Redonda em Boa Vista (RR) para debater a PEC 215/00, que dispõe sobre demarcação de terras indígenas, transferindo essa competência do Poder Executivo para o Poder Legislativo

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa, com base no art. 58, § 2º da Constituição Federal, e art. 24, VII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Mesa Redonda em Boa Vista (RR) para debater a “demarcação de terras indígenas no Estado e as consequências desta demarcação na vida de ruralistas e indígenas”.

Para tanto, convido:

- **Sr. Nilson Leitão**, deputado federal;
- **Sr. Paulo César Quartiero**, vice-governador de Roraima;
- **Sr. Jairo Araújo**, prefeito de Normandia;
- **Sr. Sílvio da Silva**, ex-presidente da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (Sodiu);
- **Sr. Avelino Pereira**, líder da etnia Macuxi;
- **Sr. Marcelo Cabral**, deputado estadual;
- **Sra. Lenir Rodrigues**, deputada estadual;

- **Sra. Aurelina**, deputada estadual;

- **Sr. Rossoni**, deputado federal
- **Sr. Edio Lopes**, deputado federal;
- **Sr. Jonas Marcolino**, vice-prefeito de Pacaraima;
- **Sr. Chico Roberto**, secretário do Índio da Secretaria Estadual de Roraima;
- **Sr. Martinho Macuxi**, coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR);

JUSTIFICATIVA

Segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população indígena do Brasil é de 896,9 mil pessoas, distribuída em 305 etnias e 274 idiomas diferentes. Parlamentares, indígenas, ambientalistas e representantes do setor jurídico criticam a forma como o país tem lidado com os direitos de indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais.

Para eles, a PEC 215 pode representar um retrocesso nos direitos garantidos na Constituição de 1988 ao transferir o poder da demarcação para o Congresso Nacional em vez do Poder Executivo, como é feito até hoje. Eles temem que no conflito ruralistas x indígenas, eles saiam perdendo, já que há muitos parlamentares da Bancada Ruralista, tanto da Câmara quanto do Senado, que se opõem a novas demarcações.

De acordo com a subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat, os indígenas recebem um tratamento hostil por parte da Câmara, sendo impedidos de participar de debates de assuntos que interessam a eles.

Por outro lado, as demarcações não significaram uma melhoria na qualidade de vida dos indígenas, já que o governo federal não oferece qualquer assistência em

termos de educação, infraestrutura e saúde. A verdade é que os índios foram abandonados à própria sorte.

Em reportagem publicada pela Revista Veja, em maio de 2011, foi divulgado que muitos índios já moravam em favelas na periferia de Boa Vista. Haviam abandonado a reserva. Dois anos depois, uma reportagem da Folha de São Paulo revelou que mais índios estavam morando em favelas e em lixões. Índias viraram prostitutas.

A seguir um trecho do relato do repórter Erick Decat, da Folha de São Paulo, feito à época:

Quatro anos após o STF determinar que a área Raposa Serra do Sol era uma reserva indígena e que os brancos teriam de ir embora, a energia elétrica finalmente chegou ao barraco de madeira de dois quartos do líder da etnia macuxi, Avelino Pereira. Ele mora com a mulher, filha e neta lá. Mas seu barraco, contudo, está a cerca de 180 km da comunidade da Raposa Serra do Sol em que residiu boa parte de sua vida. Hoje Pereira vive em Nova Esperança, uma invasão na periferia da capital de Roraima, Boa Vista, situação que ilustra o que ocorreu com parte da comunidade indígena após a demarcação. De acordo com Pereira, “hoje a realidade é que não tem uma agricultura melhor, não tem estrada boa, saúde boa. Se alguém disser que está boa, é mentira. Pereira estava acostumado com a vida próxima a cerca de 340 famílias de produtores rurais que tiveram que deixar as terras para cerca de 20 mil índios após a decisão do STF.

Em Cantá, a 38 km de Boa Vista, Silvio da Silva, outro líder indígena, fala sobre “maldição da Raposa”. Segundo ele, vários indígenas saíram da reserva para procurar uma vida melhor. Entre as principais queixas, está a própria Funai. “Eles querem que o índio volte a viver no passado, como viveram os nossos, que tinham raiz e usavam capemba de buritis no pé, a bunda aparecendo. Hoje não, não quero fazer isso”, desabafou.

Ao longo da BR-174, na estrada de Cantá para Boa Vista, está Venâncio, um macuxi de fala mansa. Ele trabalha num lixão à beira da estrada, cercado por urubus, tratores e o mau cheiro. Consegue de R\$ 20 a R\$ 30 por dia. A prostituição é outra face da busca por sobrevivência de indígenas nas periferias. No bairro Asa Branca, algumas mulheres conversam com vestidos curtíssimos e maquiagens carregadas, vozes abafadas pela música alta.

Os produtores rurais, por sua vez, migraram para outros Estados e para a Guiana. Dono de duas fazendas na área, Paulo Cesar Quartiero (DEM-RR), hoje tem fazenda na ilha de Marajó, no Pará. O deputado, que chegou a ser preso durante o processo de retirada de produtores, faz parte da Comissão de Integração Nacional da Câmara que se reuniu em Boa Vista com agricultores e índios para discutir a situação da região. Pequenos produtores

também vivem dificuldades. “O governo prometeu que ia dar uma casa, um poço artesiano e não deu nada”, diz Wilson Alves Galego, 72.

Para corrigir essa situação de desamparo dos indígenas e de revolta dos ruralistas, proponho uma Audiência Pública mista, com a presença de representantes de ambos, propiciando assim um debate transparente, corajoso, com os dois segmentos se pronunciando sobre a demarcação de terras e sua importância para suas atividades econômicas e suas vidas.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2015

Shéridan

PSDB - RR